

TRADUÇÃO

“Como os Estados morrem” e “Como os Estados nascem”:

Tradução de Politiska Essayer: original de Rudolf Kjellén

Tradutores:

Lucas Muzio Vieira Cunha

Renata Catarinacho Muzio Vieira Cunha

“Como os Estados morrem”

Pérsia, 26 de outubro de 1907.

Estados nascem e Estados morrem. Isso se aplica não apenas a formações de Estados efêmeros artificiais e fortificados, como os reinos napoleônicos da Itália e Vestfália ou as criações do Congresso de Viena em Cracóvia (1815-1846) e as Ilhas Jônicas (1815-1864). Mesmo os Estados elevados natural e espontaneamente parecem, como outras formas de vida, sujeitos às leis da espiritualidade.

Os exemplos abundam nos últimos tempos. Salunda nos mostra a história dos Estados na Europa após Napoleão, com os seguintes registros de nascimento: Bélgica, Luxemburgo, Grécia, Romênia, Sérvia, Montenegro, Bulgária e Noruega e a Itália e Alemanha unidas. A lista de mortos inclui quatro reinos - Hanover, Polônia, Sardenha, Bada Sicília - e pelo menos o dobro de Estados menores: Kurhessen, Nassau, Frankfurt am Main; Lucca, Parma, Modena, Toscana, Kyrkostaten.

Acontece que a maioria dos Estados morreu por uma causa principal, qual seja, a unidade da Itália e da Alemanha. Eles se sacrificaram voluntariamente como a maioria dos italianos, ou foram forçados a isso por eleitos como os alemães. Um caso, entretanto, permanece novamente, onde a perdição ganhou seu direito sem qualquer sombra expiatória no túmulo. A Polónia não desistiu por uma unidade

superior, não desistiu da sua existência ao capataz da nacionalidade, nem morreu de morte natural; foi apagada da história por outros, sua tribo no mundo foi silenciosamente escolhida e seus moradores das ruas agora vivem em residências estrangeiras.

Ainda não se passou meio século desde que o último prego foi cravado neste caixão. Durante séculos, porém, a Polônia foi um grande império, a primeira grande potência do Oriente europeu. Sua ode também evocou um forte clima de participação no mundo. Poucos eventos nos últimos tempos provocaram tanto movimento no coração humano quanto a queda da Polônia; embora não se pudesse esconder de si mesmo que ela própria merecia seu destino.

Mas a humanidade é esquecida facilmente em seu cotidiano. Há muito que os negócios da Polónia deixaram de nos preocupar. E mais, nos acostumamos a ver os próprios danos das mortes de Estados - os mais profundos e trágicos da história mundial - nos acostumamos a ver isso com olhos secos e corações duros.¹

Ainda, quando do alvorecer de cada século chegava a notícia dos confins da África, de que a invasão da Inglaterra tinha arrasado dois Estados. Aqui a tragédia foi tão mais profunda que esses Estados tiveram que se refazer em todo o esplendor das virtudes morais dos cidadãos. Mas o destino de Trasvaal e do Estado de Orange não perturbou o mundo e nem a Polónia. Não somos mais tão sentimentais, e a Inglaterra tem uma reputação tão boa e antiga como o berço da liberdade na Terra...

Então veio a mensagem do Extremo Oriente: os milhares de anos de história da Coreia haviam acabado, sua existência de Estado arrasada pela invasão do Japão. Era a mesma história - mas agora certamente nenhum estranho caiu na sepultura. O Japão também é um Estado tão grande e cavalheiresco² que deve ser uma honra pura, para não dizer um prazer, ser morto por ele!

1 N.T.: Aparece a analogia com órgãos humanos, mas o coração é utilizado como sentimento, o que difere da função verdadeira do coração, mas aproxima-se da função psicológica atribuída socialmente ao órgão.

2 N.T.: A característica de personificação é muito forte em Kjellén, entre outros motivos, vemos que ele concebe o Estado como algo formado pela nação, portanto, por homens, assim a decisão de indivíduos formam as decisões do Estado, por isso há a personificação.

Não pode, portanto, surpreender ninguém que a última lembrança semelhante da mortalidade dos Estados tenha passado sem muitos traços de lamentação ou indignação moral do mundo exterior. Rússia e Inglaterra desenharam seus "perigos do interesse" na Pérsia - isso é tudo. Os senhores da Polônia e do Transvaal encontraram as mãos uns dos outros em uma tentativa aberta de assassinato contra a existência de outro Estado; pois é geralmente aceito que o tratado entre os dois coloca o machado na raiz da árvore persa.

No entanto, é um conto estranho, que agora faz parte de um ato final. A árvore persa estava próxima do que $2 \frac{1}{2}$ milésimos de uma árvore do mundo, semelhante à qual, de certo ponto de vista, dificilmente existiria. Ou seja, considera-se que ofuscou $\frac{1}{3}$ do mundo então conhecido. Absolutamente, enquanto os reinos de Alexandre e dos imperadores romanos não ultrapassaram as dimensões da atual Rússia europeia (cerca de $5 \frac{1}{2}$ milhões de quilômetros quadrados), o Império Persa na época do Grande Rei Dario I foi valorizado em relação à pátria mãe da Grande União Americana (7 milhões). Sua sombra ameaçava sufocar as sementes da primeira cultura europeia. Agora, como o império havia encolhido a menos de um quarto de sua antiga grandeza - e já teve que se vingar com toda a sua existência ao vingador grego Alexandre - agora as potências estrangeiras vêm em nome da cultura europeia e ameaçam sua vida.

É a ancestralidade vindoura, que agora se afastará da sociedade dos Estados. Não devemos aumentar a perda com o arrependimento de qualquer tristeza, nem obscurecer a ilusão de uma morte tranquila e pacífica com algumas considerações morais. Sabemos que onde está o atel, as águias também se reúnem. Este é o curso do mundo e a lei das coisas, tão certo quanto uma sala vazia ou sem ar atrai os ventos. E o reino da Pérsia há muito é pobre em termos de desenvolvimento. Na fraqueza da velhice, levou uma existência vegetariana. Não fez nenhuma contribuição para os fundos comuns da humanidade. No final destes dias, procurou embelezar as suas feições através de um moderno véu constitucional à sua frente, mas nem mesmo esta piedosa traição conseguiu convencer o mundo de que o reino agora tem uma verdadeira "razão de ser". Cometeu o pecado que

não foi abandonado, o pecado contra a evolução. Foi pesada na estrada da história e considerada muito leve.

Até agora, apenas o caso da Polônia e da Coreia está acontecendo aqui novamente. Mas é uma circunstância especial na ameaça de apostasia da Pérsia que atrai atenção especial de tipo puramente político. Essa é a forma de execução.

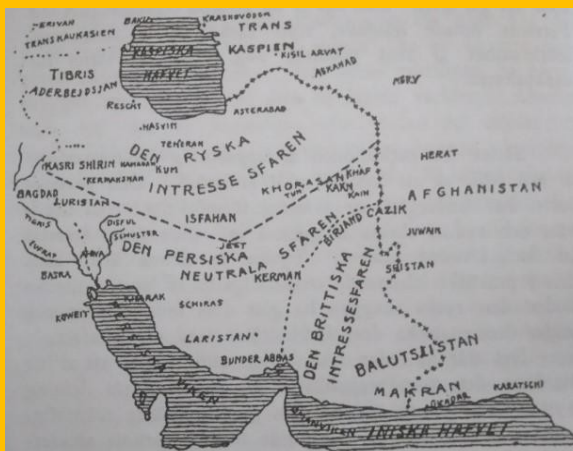
O método de execução é a divisão em esferas de interesse. A casa oficial do governo, disse que o centro do país está intocado. O sol persa sofreu um eclipse bilateral: do noroeste e sudeste, as sombras se infiltram. Mas ainda assim uma mancha permanece na clareza intocada. Infelizmente, este ponto claro é o mais insignificante do país em termos práticos, enquanto sob a sombra da Rússia passou para suas capitais e sob a influência dos ingleses suas conexões com o oceano mundial.

É sempre claro desde o início que encontramos aqui o grande precedente da primeira divisão da Polônia em 1772, que na época perturbou tanto a humanidade. É a mesma intervenção de fora, a mesma desintegração da unidade da nação, a mesma supressão de sua independência, a mesma política de estrangulamento gradual. Só há uma coisa que não é a mesma: os motivos. Ora, não existem as circunstâncias atenuantes que, em seu tempo, fizeram da intervenção contra o lar anarquista da Polônia em certo homem, uma medida defensiva dos vizinhos. Agora o desejo de vencer fica nu.

A Rússia, um dos executores, por sua vez, tem uma prática antiga nesse sentido. Mas é interessante lembrar que mesmo em tempos muito recentes foi feita uma tentativa de um caso que agora parece ser um ensaio geral para o persa. Foi durante as negociações com o Japão antes da Guerra de 1904 que se falava em dividir a Coreia da mesma forma em dois perigos de interesse com uma faixa neutra no meio e - é claro - integridade garantida.³

Mas mesmo a Inglaterra, o outro executor, sangrou seus dentes na mesma política, não apenas na questão em si, mas também na execução puramente técnica. Aconteceu no Sião em 1896 e 1904.

3 N.T.: É notável como os desejos de partilha territorial permaneceram os mesmos e foram executados após décadas no decorrer da Guerra Fria.



A França foi o outro empreiteiro lá. De cada um de seus pontos de comando, eles haviam vindo para a fronteira do Sião, até que o Sião se tornou o único tampão entre eles. Mas um *buffer* não precisa ser tão grande; e assim eles penetraram com esferas de interesse de cada lado, espremendo o país independente em uma região cada vez mais estreita. esta ainda é a situação do Sião: de seus 600.000 quilômetros quadrados deixou ilesos mais de 240.000, ou 40 por cento. Esta é exatamente a mesma posição que agora também foi preparada para a Pérsia, embora a Pérsia tenha conseguido intervir ainda mais profundamente.

Era, aliás, essa mesma política, de designar esferas de interesse em terras alheias, que foram julgadas contra a própria China na virada do século passado, e que sem dúvida teriam progredido se o Japão não tivesse entrado em cena na última hora.

Portanto, parece que agora esse método deveria ser raspado como um normal. Em breve se tornará lei internacional. Primeiro, as grandes potências se intrometem nas fronteiras do pequeno Estado e em sua vida econômica, onde conspiram umas contra as outras; então concordam que eles são aventureiros em considerá-lo um Estado tampão e não dobrar um chapéu em sua cabeça⁴; mas, mais cedo ou mais tarde, quando os respectivos interesses dos determinantes

4 N.T.: Esta expressão dá a entender que não há liberdade de comando para tais Estados.

foram postos de lado, eles fazem um novo acordo sobre a divisão, que para o objeto denota o começo do fim.

Mas os pequenos estão em guarda! É uma vantagem ter grandes potências concorrentes às suas portas, em vez de uma, pois sempre se pode viver algum tempo em sua inveja mútua, mesmo que não tenha forças para jogar um contra o outro. Mas não há garantia de que um dia eles não chegarão a um acordo às suas próprias custas. Os tratados de novembro, assim como as convenções de Karlstad, são bons e devem ser mantidos em santidade e glória - mas é apenas aquilo que dura no longo prazo, e deve-se cuidar da própria casa no tempo.

Estados nascem e Estados morrem. Mas os Estados também podem nascer de novo se seu povo tiver o poder de sobreviver à espiral alienígena. De facto, foi esse o caso de todos aqueles em cujas listas de nascimento mencionadas no início do artigo, com exceção da Bélgica e de Luxemburgo: eles reviveram na liberdade do Estado após a interrupção dos séculos ou milénios.

A própria Pérsia nos dá exemplos desse ritmo peculiar. Ela agora está, por quatro séculos, em sua terceira encarnação: após o reinado do "grande rei" do século V até 331 AC e a existência da "Nova Persia" é de 226 - 641 DC, ou seja, após interlúdios de mais de 500 anos, respectivamente perto de 900 anos. Se desaparecesse pela terceira vez do discurso dos Estados autônomos, então poderia esperar por um quarto começo na história - se seu povo ainda conseguir preservar a unidade nacional sob a liberdade do Estado.

Mas também não está totalmente fora de questão que ele poderia sobreviver à execução que agora está em andamento. No Sião, sem dúvida, a anexação moderna parou, na China acabou já no começo -, e em ambos os casos incomodada pela luz do sol nascente japonês. E mesmo que essa luz ainda não chegue tão longe a oeste, pode muito bem ser que, em um futuro próximo, as potências orgulhosas, que agora ameaçam a Pérsia com a ruína, não tenham nada em que pensar a não ser executar julgamentos contra reinos estrangeiros em nome da cultura. O tempo é ruim para os pequenos - mas também pode não ser tão bom para os grandes em todos os lugares.

“Como os Estados nascem”

Tsardom da Bulgária, 11 de outubro de 1908.

Neste mês, há um ano, procurei dar algumas dicas de como morrem os Estados, em conexão com o tratado russo-inglês que parecia sinônimo de um prego no caixão da Pérsia. Mas o panorama da história mundial está mudando rapidamente suas imagens em todas as épocas, e entre elas paramos hoje na direção oposta: a imagem do nascimento de um Estado. Não se passaram 3 anos desde que a Europa enfrentou a mesma lesão; agora a Bulgária seguiu o exemplo da Noruega. Em meio a esse tempo de associações e grandes formações de empresas, de comércio atacadista, grandes fábricas na indústria, grandes empresas de navegação marítima, grande capital em dinheiro - e trustes no mercado de trabalho - no meio desse tempo, quando ainda temos em nossos ouvidos o eco da profecia de Lord Salisbury que diz que "os grandes Estados se tornarão cada vez maiores e os pequenos cada vez menores" - nessa época, somos surpreendidos, no curso de nossos curtos séculos, pelo surgimento de dois novos pequenos Estados (Divisores)⁵, e isso dentro do sistema de Estados mais antigo e firme do mundo.⁶

Deve-se notar agora que os dois "eventos felizes" dentro da família do Estado, entretanto, não surgiram tão repentinamente. Eles são, na verdade, resquícios dos dias tempestuosos do século passado, de modo que a primeira adoção estatal da lei ocorreu na Noruega nos anos 90 e nos 30 anos na Bulgária do passado. No entanto, é um assunto sério quando o processo de nascimento de um Estado se completa, não apenas para ele, mas também para o sistema interestatal.

Um Estado dentro de um antigo sistema de Estados não vem ao mundo inocente como uma criança humana: desde o nascimento vem carregado com a culpa de ter violado o direito internacional. O sistema existente, com suas relações jurídicas cuidadosamente definidas e perfeitamente equilibradas, deve ser rompido

5 N.T.: O termo *Smastater* originalmente vem da conjunção de *Sma* que significa pequeno com *stater* fazendo alusão ao "Estado", entretanto *Smas* significa "quebra" e veremos mais adiante que a interpretação pode ser feita no sentido da criação de um Estado advindo de uma ruptura territorial necessária entre grandes potências, criando assim um Estado Divisor.

6 N.T.: Neste trecho é possível notar uma alusão do autor ao sentimento de cidadão europeu quando diz "somos" e traz a Europa praticamente como um todo.

e eliminado para que o novo Estado ocorra; e no ponto em que isso ocorre, a injustiça especialmente atinge seu ponto máximo - o Estado ou Estados, cuja jurisdição é reduzida e diminuída pelo surgimento do novo.

Agora que as línguas pegaram fogo na borda do café político, também ouvimos prostitutas magoar mais do que bem o recém-nascido. Não pode ser diferente do ponto de vista do direito internacional e da moralidade. Desse ponto de vista, o nascimento de cada novo Estado é um escândalo. Assim que um sistema estatal foi criado e o direito internacional se encarregou de manter os registros em seu livro de interrogatórios, todos os novos Estados deveriam ser registrados como falsos.

Mas a história, por sua vez, atribui pouca importância a tais preocupações com o registro humano e julgamentos de rejeição. Ela espalha as sementes dos Estados como o vento e os pássaros voam nas plantas: há uma diferença incomensurável de grau entre esses dois processos, mas nas profundidades mais profundas são iguais os fenômenos considerados. Os povos vagueiam e espalham-se, como a vida na sua totalidade, e onde encontram solo adequado para crescer, onde permanecem e se encontram, em crescimento espontâneo e puramente histórico. Assim, passamos respeitosamente pelo "tratado social" e por todo o labirinto metafísico, onde multidões de senhores se perderam desamparadamente na busca pelo surgimento de Estados no globo. Não devemos aumentar o número daqueles que buscaram derivar a formação do Estado de uma razão superior com o risco de perder a sua própria - concordamos com Bornhak em que o Estado não deve ser construído racionalmente, mas empiricamente tomado; e, no que diz respeito à experiência, mostra-nos a primeira aparição dos Estados na história como um fenômeno puramente prático, sem implicações jurídicas ou sensatas. Assim, podemos classificar esse processo em noções biológicas: não para apresentá-lo como totalmente análogo à renovação da vida inferior, mas para apresentar um ponto de vista mais amplo do qual ambos podem ser vistos juntos.

O processo, que aqui indicamos, se aplica mais de perto à formação de estrela primária de acordo com a terminologia de Jellinek, ou seja, o aparecimento dos Estados sobre os espaços desabitados Legais em tempos distantes, quando

nenhum mapa político ainda podia dividir os países completamente entre eles. Lá ainda não se pode falar em escândalo ou culpa, pois não havia direito de ofender; depois, é claro, desde que não houvesse nem mesmo mictórios perturbados em seu Estado de paraíso pela superstição e anarquia. De um ponto de vista moral elevado, deve-se também ser capaz de falar de um nascimento genuíno e legal. É certo que a situação é formalmente diferente com a formação de um Estado secundário dentro de um sistema de Estado e após o surgimento do direito internacional. Lá não podemos nos libertar da força da justiça - muito menos no Estado que está sujeito à violação direta pela sucessão do novo Estado. Mesmo assim, não podemos fechar os olhos para o fato de que a história é basicamente a mesma, mesmo por trás da máscara do direito internacional. Isso significa que as barreiras ao direito internacional ainda são fracos obstáculos às poderosas forças com as quais a história opera; são escassos na vida cotidiana, mas basicamente não configuram nem mesmo o processo elementar de nascimento e morte de Estados.

Isso não quer dizer que o direito internacional seja irrelevante nessas ocasiões. Pelo contrário, deve resultar que ele já tem um papel decisivo após a realização do ato natural. Até agora, chegamos na ordem social internacional, que podemos decidir se o Estado recém-nascido deve ser admitido na Comunidade ou não; mas não podemos impedir que nasça nem morra por causa disso. Além disso, a própria história determina "além do certo e do errado".

Antes do evento do grande dia, devemos refletir aqui sobre como normalmente ocorre quando os Estados nascem em um sistema de Estados completo.

O Estado é, como o próprio homem, seu lado natural: terra e gente. Cada Estado é um país e um povo; mas todo país não é um Estado, nem toda nação.

A nação deve ser formada antes que seu Estado possa ser formado. é aqui que as forças biológicas entram em ação. Muito foi escrito e muito se disputa sobre o início e a origem das nações; sobre tantas coisas, entretanto, agora se concorda que elas surgem apenas por meio de longos processos de natureza natural e cultural. Não acreditamos mais em um "homem primitivo" como origem da família loira germânica, nem mesmo em um Adão e Eva como ancestrais de todos os

povos. Não acreditamos muito na linhagem de sangue, pois conhecemos as tribos na manhã da história, ficando de pé e com tendência a jogos de luta. Durante essas migrações e trocas, outras conexões também foram estabelecidas com a mistura de sangue que acompanha. Não conhecemos um único povo cultural de raça muito pura; todos surgiram por meio de um processo de assimilação mais longo ou mais curto, mais ou menos complicado. Para onde quer que olhemos na história, encontramos a confirmação dessa proposição. Os povos culturais mais puros do planeta parecem ser escandinavos e japoneses, assim como são os mais antigos, ou seja, o mais antigo concluído; mas mesmo aqui salvamos em ambos os corredores uma mistura pré-histórica original de pessoas. Demorou um pouco, que seria apenas nossa própria nação, para receber o prêmio de pureza racial; por meio de um estudo recente de Schuck (sobre o nome popular "geatas"), a teoria tradicional do dualismo entre suecos e godos parece ter voltado ao primeiro plano e, além disso, há um consenso considerável em ver a essência dos valores de Smaland em um influxo especial de heróis. no século V, para não mencionar os meninos em Gotland. A história sueca é quase única, junto com a história dinamarquesa, pelo menos por meio da estrutura estreita da mesma tribo germânica para assimilação. Os islandeses já sem dúvida também têm sangue celta. Os elementos básicos do povo japonês, mais uma vez, apontam para os mundos mongol, ártico, malaio e às vezes polinésio.⁷

Aos olhos da história, encontramos pessoas emergindo da mistura mais animada de pessoas. Quais são as pessoas em nossos dias mais pronunciadas nacionalmente do que os ingleses? Mas, mil anos atrás, não havia nenhum inglês; na ilha de Albion, povos celtas lotaram de alemães e escandinavos, bem como resquícios da invasão romana, logo novos normandos; todos estes, talvez já significativamente misturados, elementos de pessoas foram gradativamente fundidos na nacionalidade típica que agora vemos na ilha, e apenas o pesquisador lingüista e de ética pode reconhecer os elementos com olhos tensos. Se quisermos ver esse mesmo processo mais de perto e em uma escala ainda maior, precisamos

7 N.T.: A tentativa de se separar como uma nação a partir da genética era muito forte, o Darwinismo social aparece em muitos autores e ideais estadocêntricos da época.

apenas nos concentrar nos Estados Unidos hoje; o que vemos aí é o dano impressionante do nascimento de uma nação para o mundo, mas não mais avançado do que os vários assuntos que aparentemente se manifestam em seu caráter individual, ao mesmo tempo que obviamente já estão a caminho de afundar em um grande novo Indivíduo público.

O dano ao solo da América ainda é de grande interesse, pelo fato de se tratar da transformação de um povo já plenamente educado em um novo. Esta é a segunda vez em alguns séculos que este país vê o nascimento de uma nação; a primeira vez foi quando os ingleses emigrados por meio de um processo de aclimatação se transformaram em anglo-americanos. Aqui conhecemos outro método mais simples de nascimento das pessoas, o transplante para solo estrangeiro, sob o poder de uma nova natureza e novas tarefas culturais. É bem sabido que o cerne deste povo anglo-saxão está agora morrendo na América; é a imigração, que exigiu novamente o processo de formação da nação e agora na forma de assimilação. Mas apenas por aclimatação, principalmente franceses tornaram-se canadenses, noruegueses em islandeses, grupos holandeses na África do Sul; e da mesma forma, novas pessoas que falam inglês estão crescendo na Austrália, como ramificações ou enxertos da tribo da Europa.

Por meio desses processos lentos, as pessoas se transformam. A seguir, nos perguntamos de que maneira o processo é anunciado como concluído. A história também tem uma resposta não obscura aqui: um povo está acabado quando sua consciência nacional desperta, e isso normalmente acontece como resultado de pressões externas.

Ou seja, as nações, como os seres humanos, não estão mais cientes de sua existência. Os indivíduos ainda não se sentem ligados entre si para com as outras nações, a ponto dessa solidariedade se tornar uma fonte especial de poder. Mas chegará um tempo em que a solidariedade se tornará um grande poder dentro deles; e essa experiência pode ocorrer momentaneamente, como quando uma tensão elétrica se descarrega ou uma faísca explode em chamas.

Certamente também podemos falar aqui de um fogo sagrado. A consciência nacional vem sobre os povos como uma força do alto, como línguas de fogo sobre

os apóstolos no Pentecostes, o tempo do arrebatamento. O povo da Suécia, até então dividido em congregações provinciais, sentiu isso com a insistência de Engelbrekt para lutar contra a opressão dinamarquesa. Seguiu os passos da Virgem de Orléans através das linhas batidas e desesperadoras da França. A história o registrou como sua força motriz mais poderosa, preciosa e secreta. antes da história, aplica-se única e exclusivamente como prova de nascimento genuíno.

Quando essa consciência de ser membro de uma personalidade maior e mais rica atinge pela primeira vez os membros de uma nação, então a nação está verdadeiramente "se tornando um homem". Nesse ponto, o processo se transforma em político. Pois a nação, que se sente madura, também quer ser reconhecida como tal. Quer ir além do sistema distrital ou estatal que não tem espaço para isso. Como soberano, quer ter direitos iguais aos anteriores membros do sistema estatal. Exige sua confirmação na forma de Estado.

A forma dessa força é uma declaração de independência. Foi esse desenvolvimento que levou o povo da Holanda a 23 de janeiro de 1579, a América a 4 de julho de 1776, a Bélgica a 18 de novembro de 1830, a Noruega a 17 de maio de 1814 e 7 de junho de 1905, e é o mesmo que agora levou a Bulgária ao 5 de outubro de 1908.

Na rica trama de intrigas da história, procuramos separar os ofícios em que as bandeiras nacionais são costuradas. Vemos um curso normal no caminho entre destinos humanos isolados e um Estado de vida comum.

O fator decisivo aqui é o mundo da emoção e da própria vontade, sempre contra o pano de fundo de semelhanças objetivas na natureza e na cultura. A nacionalidade, tida como um sentido definitivo de pertença e uma firme determinação de permanecer nela, é a condição necessária do Estado moderno. Este é o princípio da nacionalidade. Também é notável que é um filho do mesmo espírito que deu à luz o sufrágio universal nos Estados Unidos. Nada mais é do que o princípio da personalidade em um nível nacional mais amplo.

Sem esse traço de personalidade, agora não há esperança de um Estado especial de existência. Sem ele, a própria Declaração da Independência é inútil. Portanto, a linguagem estatutária dos malaios e chineses não poderia ser levada em

consideração para a cômte de Formosa em 1905. Nessa medida, concordamos com a autoridade autorizada contemporânea na ciência política geral, Jellinek, quando ele explica que para os Estados "o ato de criação está fora do reino da lei", argumentando com sua base jurídica".

No entanto, essa vontade ainda não é uma lei válida. A nacionalidade em si não cria soberania, nem a cidadania cria o direito de voto; simplesmente cria a reivindicação natural e uma presunção de seu reconhecimento. Mais uma vez, um Estado soberano pode agora ser considerado como tendo surgido sem nacionalidade, mas a nacionalidade pode existir sem soberania. Ele primeiro se torna soberano por meio do reconhecimento do direito internacional e da inclusão no sistema estatal.

Com isso, a questão é apelada ao mais alto tribunal, e o direito internacional é honrado. É, claro, da natureza das coisas. Pois um povo não pode com sua vontade obrigar os outros. A Bulgária pode, por exemplo, não enviar seus representantes aos antigos Estados da Europa; e sem a possibilidade de representação diplomática, um Estado não pode ser considerado soberano. Ainda menos pode a Bulgária, por direito próprio, obrigar a Turquia à redução da potência que o seu desperdício significa para este país. Deve depender de um exame mais aprofundado, perante a velha sociedade estatal, se a reivindicação nacional deve ser transformada em lei ou não.

Somente quando isso acontece, o Estado como tal nasce no mundo. É uma proposição reconhecida que a sanção é o ato real de nascimento de uma lei; em completa analogia com isso, o reconhecimento pelo direito internacional é o sinal da entrada de um Estado na vida. Pode muito bem ser que ele possa existir sem ele, como um fato evidente, e gradualmente crescer no sistema de Estado pela força; mas as condições para tal desenvolvimento já são muito pequenas e provavelmente serão menores no futuro. A forma de tratado, que a doutrina do Estado da "lei natural" colocou na linha de frente da formação do Estado primário, acaba sendo na realidade a coroa e a complementação secundária. Não vem primeiro, mas por último, mas não menos importante, emanando de uma espécie de direito do sistema estatal de se complementar.

A primeira palavra neste tribunal de poderes sobre os pedidos de lugar soberano tem, é claro, o antigo membro do sistema estatal diretamente prejudicado pela reivindicação do recém-chegado. Se ele se mantém por si mesmo e pode mantê-lo, como a Suécia fez em 1814, então o processo já está perdido desde o início; se não salvaguardar seus direitos, como fez a Suécia em 1905, o procedimento é simplificado, com os outros membros, é claro, ainda com seus votos gravados.

Poderíamos discernir quaisquer circunstâncias no caso, que juntamente com a própria nacionalidade poderiam ser aplicadas como um substituto para documentos de acesso legal? Uma é que o recém-chegado deve ser organizado como um Estado, com um governo que realmente possa agir; uma declaração de independência, por exemplo dos lapões na Escandinávia já cairia neste terreno. Como outro deve ser aplicado, se sua área de terra em si for um todo natural, sem muita intrusão em outras áreas. Mas, além dessas circunstâncias externas, a ênfase também deve ser colocada sobre se o novo pretendente provou ser capaz de dar alguma contribuição real para a cultura comum à família do Estado. Este foi o caso da Noruega: por sua soberania, é provável que agradece menos a seus políticos do que a poesia de Ibsen e a música de Grieg, as realizações de Nansen, Bugges e a ciência de Brögger - essas grandes realizações culturais sem dúvida impressionaram o mundo e certamente ajudaram a conter a mão da Suécia de 1905.

Mas o que a história exige antes de mais nada dos povos que devem ser considerados dignos de sua posição mais elevada, a posição soberana - é a vontade, o poder e a determinação para ter em ação a todo custo seu "direito à personalidade". Portanto, a classificação foi concedida a um povo de 2,3 milhões de pessoas como a Noruega, enquanto se supõe que seja um povo europeu de 25-30 milhões: as rotas.

É essa força que agora governa a Bulgária "czarista", os quatro milhões de pessoas ao redor dos Bálcãs. Seu caminho para a moagem tem sido típico e seu histórico parece razoável e sem hesitação. É certo que não se ouviu falar muito sobre as conquistas culturais relacionadas ao seu nome, mas principalmente sobre

o desejo de ação e a energia nacional. Há muito tempo é considerada a nação mais progressista dos Bálcãs. O fato de que a progressão às vezes assumiu uma expressão um tanto grosseira parece ter sido bem tolerado pelos contemporâneos. E aninhado em 30 anos, é realmente vivido em uma existência de Estado; nem deve ser esquecido que, como a Noruega, pode olhar para trás em encarnações de Estado em tempos antigos.

A sua trajetória apresenta apenas a particularidade de ter sido inicialmente chamada à autonomia pelo Tratado, através da intervenção de outros poderes. Mesmo aqui, mostra uma semelhança com a Noruega. Ambos tiveram, portanto, duas estações para passar até a plena soberania do tratado de tratados de direito internacional.

A última etapa ainda representa a Bulgária novamente. Ele repousa no conforto da Turquia e, finalmente, no conforto da Europa. A Bulgária alcançou realizações notáveis; agora é a palavra dos outros poderes.

Bibliografia

KJELLÉN, Rudolf. **Persien, huru stater dö**. Stockholm: Bibliolife, 1907. (Politiska Essayer).

KJELLÉN, Rudolf. **“Tsardömet Bulgarien”, huru stater fódas**. Stockholm: Bibliolife, 1908. (Politiska Essayer).

NOTAS DOS TRADUTORES:

Rudolf Kjellen foi um político e acadêmico suéco que nasceu em 1864 e morreu em 1922, contemporâneo de outros importantes nomes da Geografia, como o inglês J. H. Mackinder. O suéco fora deveras apaixonado pela Alemanha e tinha influências claras de F. Ratzel. As fortes influências de Darwin quanto às analogias dos Estados que aparecem personificados junto aos termos oriundos da Biologia são possíveis de serem verificados durante a leitura, adicionando-se ainda a admiração ao Estado alemão.

Uma das teorias mais importante e complementares aos escritos de Ratzel, Mackinder e depois usado como inspiração por Haushofer, foi o termo *Smastater* que se aplica aos Estados pequenos ou divisórios, muitos dos quais foram criados após o período das grandes guerras, servindo como amortecedores para o poder das grandes potências, inclusive evitando o contato direto de países como a Alemanha e a Rússia, algo visto em meados do século passado, por Mackinder e Spykman, como um possível problema para as potências ocidentais, uma vez que a *area core*, o Heartland, estaria ocupado pela união de eslavos e germânicos.

Os problemas levantados pelos teóricos daquele tempo parecem assolar os dias atuais e portanto, justifica uma releitura de suas traduções e aquilo que poderia estar entendido de maneira ambígua. O fim da União Soviética no leste da Europa e a maneira como os Estados nasceram e estão lutando para sobreviver nos fazem retomar o sentido de *Smastater* visto em Kjellén, bem como nos força a tentar entender se a estrutura geopolítica do mundo tem tido grandes transformações ou não.

Ademais, Kjellén foi membro da primeira e da segunda câmara do parlamento sueco, sendo da primeira câmara entre 1911 e 1917, coincidindo com um período de maior produção intelectual; ele, portanto, foi um acadêmico que atuou junto ao governo sueco, mas ao lado das inspirações alemãs e com certeza se tornou emblemático à Geografia pelo termo Geopolítica, mas sua maior contribuição se dá a partir de uma teoria que move tropas pela Europa há mais de um século, o *Smastater*.

O *Politiska Essayer* é um livro clássico de Rudolf Kjellén e tem textos escritos nos primeiros anos do século XX, tempo que foi marcado fortemente pela 1ª Guerra Mundial, quando muitos geopolíticos eram solicitados a trabalhar junto aos seus Estados. Este período de enorme tensão na Europa e em boa parte do mundo enriqueceu as teorias geopolíticas, muitas das quais se fazem vivas até os dias atuais, portanto, um resgate de um conjunto de textos tradicionais é de extremo valor a todos aqueles que tiverem o interesse em enriquecer seu repertório neste ramo de estudos que é a Geopolítica, entendendo que aquilo que será lido em português enriquece a nossa ciência na medida na qual a democratiza com a tradução, até então inexistente, trazendo termos mais precisos para o português.